

## A DIMENSÃO ECONÔMICA SOLIDÁRIA DE EXPERIÊNCIAS CULTURAIS COMUNITÁRIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo investigar experiências culturais comunitárias considerando sua dimensão econômica a partir da perspectiva da economia solidária, sistematizar o debate sobre economia da cultura e sua relação com a perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento sustentável. Para isto, apresentaremos um breve histórico da política pública Cultura Viva - Pontos de Cultura e a aproximação com a economia solidária, seguindo a concepção que norteou as políticas propostas pelo Ministério da Cultura de valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável. Assim partindo do crescente reconhecimento da cultura em sua dimensão econômica identificamos possibilidades de novas problemáticas na análise sobre o fenômeno cultural. E com a recente busca de articulação entre cultura e economia solidária, um dos questionamentos possível diz respeito à maneira como a cultura se organiza coletivamente. Assim a investigação proposta objetiva responder as seguintes questões: como se organizam economicamente os grupos, comunidades e coletivos culturais para viabilizar a geração de bens e serviços que sustentam as pessoas envolvidas? Quais as características organizativas que possibilitam a aproximação desta economia da cultura com a economia solidária? As reflexões deste artigo fazem parte de um estudo preliminar de caráter exploratório que subsidia uma investigação mais profunda sobre o tema.

**Palavras-chave:** Economia da Cultura. Economia Solidária. Cultura Viva. Políticas Culturais. Desenvolvimento Sustentável.

No campo da cultura a escassez de recursos e as dificuldades de acesso aos meios de produção, os monopólios comerciais, a concentração de atividades marcada geograficamente, revelam a importância da resistência representada pelas formas alternativas de grupos culturais que se organizam de forma solidária, colaborativa e autogestionária na busca de sua sustentabilidade. Com as políticas públicas incluindo a dimensão econômica da cultura, diferentes formas de organização da produção foram reconhecidas, entre elas a interface da economia da cultura com a economia solidária. A Lei Cultura Viva 13.018/14, no artigo cinco, inciso VIII, visa ao desenvolvimento de políticas públicas integradas à promoção da economia criativa e solidária.

O programa Cultura Viva é uma política pública de base comunitária que se propõe a promover e reconhecer o acesso à cultura e a arte integrando a dimensão simbólica, cidadã e econômica. Pontos de Cultura são grupos, coletivos, associações e diferentes formas de articulação que se organizam para ampliar o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais. Observando os desafios enfrentados no dia a dia das associações para a continuidade de atividades, são percebidas dificuldades para a sustentação econômica e financeira para se manterem na lógica do mercado predominantemente competitivo. As cifras mundiais e no Brasil mostram o que a cultura representa em termos econômicos. Mas também são inegáveis as exclusões sociais que o sistema gerou no segmento cultural.

### **Economia da Cultura e sua relação com a Economia Solidária**

A economia da cultura passou a integrar a agenda do Ministério da Cultura (Minc) a partir de 2003 acompanhando um discurso mundial sobre a capacidade de a cultura gerar economia. A cultura como dimensão simbólica, econômica e cidadã, são conceitos desenvolvidos para nortear as diretrizes das políticas públicas no Brasil nas últimas duas décadas.

Na introdução do texto base para a III Conferência Nacional de Cultura foi apresentado o alinhamento da gestão do Ministério da Cultura sob orientação da Presidência da República onde a missão e as diretrizes de atuação da política cultural devem inserir-se na política de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, assim, um dos objetivos da Conferência é reconhecer a cultura como estratégia determinante para o desenvolvimento sustentável, assim, no artigo um inciso V, propõe estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável. Quatro grandes áreas foram elencadas, a quarta propõe “Cultura como Desenvolvimento Sustentável” tendo foco à economia criativa como área de desenvolvimento sustentável. Busca estabelecer uma nova dinâmica econômica valorizando as culturas locais e regionais promovendo a inclusão produtiva por meio de práticas colaborativas com proteção ambiental, gerando novas formas de proteção de riqueza através da diversidade cultural como recurso, a solidariedade entre indivíduos, comunidades, povos e países. No segundo momento a quarta área elencada traz os princípios norteadores da economia criativa: a diversidade cultural como capacidade criativa; sustentabilidade como estratégia de sobrevivência ambiental, cultural, econômica e social; inovação como novas técnicas e produtos para o mercado; e a inclusão social via qualificação profissional e geração de renda (BRASIL, 2013, p.44).

A seguir apresentamos alguns resultados dessa aproximação e abrangência nos estados e municípios de iniciativas entre cultura e economia solidária.

Em 2010, uma iniciativa da prefeitura da cidade de Osasco, foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, com a participação de mais de 500 pessoas, orientada para aproximar as políticas nacionais de apoio à economia solidária e as políticas culturais, foi um marco primeiro para o reconhecimento de empreendimentos econômicos de bens e serviços culturais, segundo pela forma de organização através dos princípios e valores da economia solidária (SILVA, 2017, p.33).

A proposta do Ministério em atuar de forma mais capilarizada buscou desenvolver alguns projetos e programas, entre eles, destaca-se o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, Pontos de Cultura. De programa à política de Estado o Cultura Viva incentivou, de forma democrática e popular através de editais, grupos e

produtores puderam acessar recursos federais. Em 2008 os recursos chegaram a R\$ 159 milhões, treze vezes maior que em 2002, gerando mais de 11 mil inscritos e 3.700 iniciativas apoiadas (RUBIM, 2010, p.117). Estes editais iniciaram um processo de ajuste histórico das desigualdades sociais.

Apresento alguns instrumentos em destaque de interesse do poder público em incentivar a economia solidária da cultura, por exemplo, umas das estratégias do Plano Nacional de Cultura-PNC que se alinha ao eixo pesquisa, desenvolvimento e ação, mencionadas no relatório final do Programa de Economia da Cultura (2016), onde propõe um modelo de desenvolvimento sustentável com base em programas e ações voltadas ao estímulo do empreendedorismo cultural sustentável, a cultura do associativismo, do cooperativismo, a economia solidária, os mecanismos de valorização e preservação ambiental, o comércio justo e o respeito pelo contexto da vida de povos e comunidades tradicionais. O PNC especifica a necessidade do Estado em regular o mercado interno, ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico, promovendo o equilíbrio regional e a isonomia de competição entre os agentes. Apenas para ressaltar, é o fato do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro também ressaltar a importância do fortalecimento da economia solidária em suas ações propostas: realizar programas de desenvolvimento sustentável que respeitem as características, necessidades e interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária. Em Santa Catarina, no âmbito do governo estadual, o Cultura Viva - primeiramente como Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania e depois com a Lei 13.018/14, se deu por uma rede orgânica de gestão cultural de mais oitenta entidades com o objetivo de produção e circulação cultural, seguindo com o conceito de “autonomia, protagonismo, e empoderamento social”, implementando uma política de base comunitária. Experiência que foi sistematizada na pesquisa realizada durante a gestão do Cultura Viva, “Pontos de Cultura de Santa Catarina” publicada em 2015. Algumas experiências culturais comunitárias do programa Cultura Viva podem ser identificadas como organizações tipicamente de economia solidária. É o caso do Ponto de Cultura Escola da Terra Engenho do Sertão, sua criação surgiu com o objetivo de salvaguardar a identidade e a memória da comunidade tradicional de Bombinhas, a associação é uma referência no município em iniciativas artísticas, como a música, teatro, cinema, fotografia, mas além das atividades e a salvaguarda cultural, o Engenho do Sertão criou o Núcleo de Ação e Criação Artesanal (NACA) com produção de cerâmica, marcenaria e costura, e também o núcleo agrícola para a produção e comercialização de produtos regionais e orgânicos (FCC, 2015, p.32), é

interessante observar as diferentes atividades desenvolvidas com intenção de gerar renda, mas também com o compromisso de preservação da identidade cultural, uma proposta que integra a dimensão econômica e simbólica da cultura e que se aproxima da economia solidária por apresentar práticas associativas, valores coletivos e horizontalidade organizativa, além da troca de saberes e fazeres num mesmo espaço. No município de Lages, o Ponto de Cultura Grupo de Teatro Menestrel Faze-dô, uma associação de artistas desenvolvem trabalhos de teatro de rua e formas animadas, destina-se ao registro da cultura popular, a cultura cabocla, promovendo atividades artísticas em ambientes rurais e urbanos, estudantes e idosos fazem parte do público fiel, o grupo se propôs a intercambiar experiências com outros Pontos de Cultura de diferentes municípios (FCC, 2015, p.108). Os grupos apresentam formas inovadoras de autogestão, procuram apoio em formação de redes e com a comunidade local.

Estas são algumas das formas alternativas à lógica do mercado predominante para a criação, produção, comercialização e consumo dos bens e serviços culturais. Partindo do crescente reconhecimento da cultura em sua dimensão econômica identificamos possibilidades de novas problemáticas na análise sobre o fenômeno cultural. E com a recente busca de articulação entre cultura e economia solidária um dos questionamentos possível diz respeito à maneira como a cultura se organiza coletivamente.

### **Experiências Culturais Comunitárias Solidárias**

Este artigo buscou caracterizar a forma de organização econômica das experiências comunitárias, um estudo de quatro grupos/coletivos considerando as diversas expressões culturais, são elas: artesanato urbano - Associação Enlourecer; artesanato rural - comunidade cipozeira; coletivo de música - Banda Cores de Aidê; grupo de Teatro Casa Vermelha. Estas atividades estão associadas à criação, produção, comercialização e consumo dos bens e serviços culturais.

As experiências escolhidas constituem coletivos nos quais a priori identificamos significativa aproximação da cultura com características existentes da economia solidária como forma alternativa de organização. O fator relevante da escolha por estas experiências é por apresentarem formas de organização associativa e cooperativa que indicam práticas de autogestão participativa, horizontalidade organizativa, combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativos e culturais, além de demonstrar valorizar o interesse pela comunidade de trabalho, estas práticas parecem constituir importante parte da organização social da cultura.

- Coletivo de música - Banda Cores de Aidê - Florianópolis/SC

Um grupo formado por mulheres, Cores de Aidê surgiu na cidade de Florianópolis, no Morro do Quilombo, em 2015, com o estilo musical samba reggae iniciando uma proposta de pensar a música e o empoderamento feminino numa construção coletiva com identidade visual, composições autorais, arranjos de vozes e espetáculos cênicos, assim nasceu a Banda Cores de Aidê. Para as integrantes, são todas mulheres, o cenário é predominantemente masculino no samba reggae e a banda aparece como um desafio. Formada por dez mulheres com diferentes habilidades musicais, entre elas, percussionistas, bailarinas e cantoras. Encontraram-se na música e é por meios dela que manifestam reflexões sobre diversidade étnica/racial, de classe, religiosa, etc. Prezam pelas relações de liberdade e respeito à união das etnias, com isto, formaram o Bloco Corês de Aidê, contando com mais de 150 mulheres, sendo mais uma das ações da Banda. O samba reggae, com influência afro-brasileira, uniu o coletivo com a intenção de se posicionarem e serem ouvidas.

- Coletivo de teatro - Teatro Casa Vermelha – Florianópolis/SC

Para conhecer o universo teatral de Santa Catarina, a forma como está estruturado este segmento, o artigo se propôs a compreender, ainda que de forma superficial, como os grupos teatrais organizam o modo de realizarem suas atividades, enfrentar crises financeiras, desafios econômicos para sua sustentabilidade e seus anseios artísticos, escolhemos o grupo de Teatro Casa Vermelha, com sede no centro de Florianópolis desde 2013. Com uma equipe de sete pessoas, a sede do Teatro foi transformada num centro cultural, em 2014, oferecendo atividades de teatro, música, artes visuais e atividades audiovisuais. Com uma proposta de estreitar relações com a comunidade local e os artistas que integram esta comunidade. A “Casa” se apresenta com uma proposta de espaço de economia criativa compartilhada, cooperativa e horizontal, funcionando como uma forma alternativa aos “interesses mesquinhos do capital”. Segundo a sistematização das pesquisadoras, Hoffmann e Dellagnelo (2009), foi identificado um cenário na cidade de Florianópolis com características próprias de dinâmica de atuação e os grupos existentes esbarram nas mesmas dificuldades, ou seja, os desafios para sua sustentabilidade. De acordo com as pesquisadoras existe um número expressivo de 33 grupos teatrais em atividade, sendo que 26 grupos estão constituídos como associação sem fins lucrativos. Desses grupos organizados de forma associativa verificaram-se algumas características importantes, como por exemplo, as atividades são distribuídas de forma consensual entre os integrantes dos grupos, as atividades de cunho administrativo sofrem rodízio entre os integrantes não existindo como fator determinante regras ou normas anteriormente estabelecidas, há um compromisso com a proposta dialogada e participativa, a maioria não apresenta hierarquia rígida, a tomada de decisão é debatida em conjunto (HOFFMANN;

DELLAGNELO, 2009, p.103). Pelas características do Teatro Casa Vermelha e circunstâncias em que está inserido, o coletivo integra o conjunto dessas experiências. Mais uma vez identificamos a potencialidade na aproximação do tema economia solidária da cultura. O cenário teatral em Santa Catarina apresenta práticas de cooperativa organizados em grupos ou associações e vinculados a estruturas mais fortes para encarar a concorrência na lógica do mercado, a Federação Catarinense do Teatro é umas das estruturas que busca apoiar e fortalece os pequenos grupos teatrais. O objetivo dos grupos, coletivos e associações são os mesmos, enfrentar os desafios de sustentabilidade para dar continuidade no fazer artístico. Segundo a pesquisadora Paloma Ayres (2009) o fenômeno das cooperativas de teatro ou grupos que funcionam como cooperativas surgiu nos anos 70, mas foi na década de 90 que houve uma concentração devido à recessão cultural da época. O motivo que leva a organização coletiva é a busca por soluções e melhores condições de trabalho “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (AYRES, 2009, p.5) como a Cooperativa Baiana de Teatro, fundada em 2004, com o objetivo de funcionar como apoiadora dos grupos e organizadora de ações para distribuição, manutenção e circulação da produção dos grupos.

- Coletivo de artesanato rural - Cipozeiros - Garuva/SC

Para este estudo interessa-nos o modo de vida da comunidade cipozeira, os desafios encontrados por este grupo frente à dinâmica de mercado predominantemente instrumentalista, ou seja, no universo da indústria cultural o modo como se organizam estes trabalhadores das comunidades tradicionais para sua sustentabilidade econômica, para a geração de trabalho e renda, como estão entrelaçadas as variáveis sociais, culturais e históricas na comunidade dos cipozeiros de Garuva da floresta atlântica de Santa Catarina. Segundo Almeida (2007) cerca de 200 famílias se dedicam ao artesanato com fibras do cipó imbé utilizados há várias gerações, para decoração, objetos de utensílios e subsistência, são descendentes de colonizadores europeus e vivem na área rural de Garuva. A família está diretamente envolvida com o trabalho do cipó, indo da criança até o mais idoso. A produção chega a ser vendida por intermediários sendo levada para outros municípios e estados do Brasil, há necessidade de produção intensa em consequência ao baixo preço na comercialização (ALMEIDA, et al 2007, p.4). Algumas características são evidentes da economia solidária, como a autogestão, comércio justo e solidário, indo ao encontro das características da comunidade, como demonstração de preocupação com a questão ambiental, pensando a ética na reprodução material e social, uma organização social mais equitativa.

- Coletivo de artesanato urbano – Enlourescer - Blumenau/SC

O artesanato urbano é a Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau/Enlourescer, fundada em 1998, desempenha trabalhos de integração comunitária com objetivo de inclusão social defendendo que o sofrimento psíquico deve ser em serviços de saúde onde não excluam as pessoas do convívio social. Esta Associação foi premiada como referência em práticas de economia solidária pelo BNDES, em 2015, desenvolve atividades como artesanato, teatro, brechó, customização, cerâmica, tear, participação em feiras, etc. Com cerca de quarenta associados, orienta-se pelos princípios da economia solidária. É assessorada pelo Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau - ITCP/FURB com o objetivo de implementar alternativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária, se destaca como geração e difusão de tecnologias para a inclusão social de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, também por meio da autogestão. A Associação desenvolve um artesanato manufaturado, por apresentar a possibilidade do trabalho em série. Trabalha com materiais de doação, entre eles, feltro, aviamentos, fibras sintéticas, etc. Tem como característica objetos pequenos na produção. Importante uma reflexão sobre a posição que o artesanato e os artesãos ocupam nesta tensão entre cultura e economia. Compreender quais os motivos para a produção do artesanato na Associação Enlourescer, se por motivação a geração de renda, complementação de renda, pela sobrevivência negada em outros espaços, ou mesmo, pelo prazer da socialização que uma associação entre amigos pode proporcionar.

### **Debate em torno da Economia da Cultura, Desenvolvimento e Economia Solidária**

Paulo Miguez (2009) chama atenção para articulação entre cultura e economia sinalizando para os debates sobre propriedade intelectual e comércio internacional. Segundo o estudioso, com os avanços da tecnologia digital, conceitos e práticas como *creativecommons*, potencializam o debate no campo da democratização do acesso aos bens e serviços culturais. As indústrias culturais, como o audiovisual, fonográfica, e do *software*, são as mais interessadas tendo em vista a proteção dos direitos do autor. Considerando o mercado global de bens e serviços simbólico-culturais as estimativas do Banco Mundial é que o setor contribui com 7% do PIB mundial, alta representatividade dos países, os que se destacam, Estado Unidos e Inglaterra, e, também países em desenvolvimento, como o Brasil, contando com a sua “produção televisiva” (MIGUEZ, 2009, p. 60).

A dimensão econômica do setor cultural ficou fora dos debates, parece que a economia, como diz Tolila (2007) seus cálculos e estatísticas, seus modelos e “leis” não tem boa fama nos meios culturais, que preferem opor ao mundo frio da rentabilidade, das limitações financeiras e da concorrência dos mercados. No máximo pensando uma “economia da arte” abrangendo as belas artes, literatura e as artes performáticas. De fora ficaram as culturas populares e as indústrias culturais (TOLILA, 2007, p.18).

Para situar o conceito de indústria criativa apresento uma forma de entendimento segundo a autora Ana C. F. Reis que cita David Throsby (2001) se referindo aos produtos e serviços culturais que envolvem criatividade em sua produção e englobam certo grau de produção intelectual transmitindo significado simbólico. Divididas em três categorias: 1ª atividades culturais tradicionais que envolvem maior carga cultural acrescido das novas tecnologias - música, dança, teatro, literatura, artes visuais, artesanato, vídeo, artes performáticas, software e arte multimídia. 2ª indústrias que podem produzir conteúdos culturais, mas também não culturais: livros, revistas, jornais, televisão e rádio, filmes. 3ª indústrias que têm algum conteúdo cultural, mas se expandem para setores não culturais, a exemplo de propaganda, arquitetura e turismo (REIS, 2007, p.288).

Para o debate sobre economia da cultura como fator de desenvolvimento sustentável, é importante contextualizar a cultura num debate central como setor relevante para o desenvolvimento econômico e social. Foi a partir dos anos 70 que o sistema economicista do desenvolvimento se corrompeu visto o alto grau de deterioração das condições ambientais. O tema movimenta o debate internacional, primeiro uma publicação pela fundação sueca Dag Hammarskjöld, em 1975, com um relatório sobre desenvolvimento, assim este fato desencadeia debates na Assembléia Geral das Nações Unidas, na qual, Ignacy Sachs apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como “ser endógeno, auto-confiante, proceder em harmonia com a natureza, operar a partir da lógica das necessidades e não do mercado, valorizar os valores de uso e não de troca” (OLIVEIRA, 2014, p.373), em 1982 a Conferência Mundial de Políticas Culturais, sob a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO esboça o conceito entre cultura e desenvolvimento. Em 1988 a Organização das Nações Unidas lança a década mundial de desenvolvimento cultural, reconhecendo que o desenvolvimento havia fracassado “porque a importância do fator humano foi subestimada”. Na década de 90 a idéia de desenvolvimento se apresenta como nova dimensão, redefinindo-se como: direitos políticos, civis, cívicos, direitos econômicos sociais e culturais, direitos coletivos como o direito ao meio ambiente e a infância, (SACHS apud OLIVEIRA, 2014, p.375). Após a década mundial de desenvolvimento cultural, em 1998, a UNESCO realiza em Estocolmo a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o

desenvolvimento e afirma a necessidade de proteção e promoção das diversidades das culturas. Ainda com o autor, Oliveira (2014) em 2001 é realizada a 31ª Conferência Geral da UNESCO onde é aprovada a declaração universal sobre diversidade cultural, para finalizar, em 2005, na cidade de Paris, a 33ª Conferência Geral da UNESCO, aprova a convenção com o mesmo tema a proteção e promoção das diversidades das culturas.

No Plano Nacional de Cultura - PNC, Lei 13.343, aprovado em 2010, estabelece como princípio, no inciso VIII, a “valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável”, em seguida aprova em suas diretrizes a competência do Estado em referência à economia da cultura, de estruturar e regular a economia da cultura, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda. Seguindo a concepção que norteou as políticas propostas pelo MinC, apresentamos como se articulam as três dimensões, simbólica, cidadã e econômica, a dimensão que nos interessa como campo de investigação é a dimensão econômica, a cultura considerada como potencialidade para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, promovida como lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira, tem a intenção de se tornar parte de um novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável (METAS, 2012, p.17). Portanto, reconhecer a cultura como parte integrante do desenvolvimento econômico sustentável é compreender sua dimensão econômica.

Considerando os assuntos abordados até aqui, o cenário das transformações do conceito de desenvolvimento, integrando a cultura devido ao processo histórico de reconhecimento do campo cultural como fator relevante do processo de bem estar humano, trazemos o economista Ladislau Dowbor (2016) com o tema Economia Solidária da Cultura: novos paradigmas culturais, debatido na Universidade Federal do ABC, no encontro “Economia Solidária da Cultura e Cidadania Cultural, em 2016, organizado pela UFABC e Instituto Pólis, destacaram que estamos vivendo outra faceta da economia, a do acesso aberto, do fluxo mais livre de informação. Para o autor estamos num período de desafios onde as questões ambientais, sociais e financeiras, são temas que orientam uma profunda reflexão sobre o desenvolvimento, cabem-nos trazermos as críticas ao sistema econômico dominante. Somos muitos e com práticas cada vez mais individualistas e competitivas “cada uma arrancar o que pode, o planeta vai fechar. Com 85 famílias donas de mais riqueza do que os 3,5 bilhões que constituem a metade mais pobre do planeta, onde a média latino-americana está na faixa de 48% no setor informal, temos o Brasil na faixa dos 40%, 720 milhões de pessoas passam fome no mundo. (DOWBOR, 2016, p.9). Portanto, segundo Dowbor o problema não é falta de recursos, se hoje se produz no mundo R\$ 7 mil de bens e serviços por mês por uma família de quatro pessoas, para o autor, com o que se produz dá

para toda população viver bem (DOWBOR, 2016, p.10). O problema está em como encaminhar os recursos para os desafios existentes, construir uma sociedade mais solidária, onde o patrimônio individual significa menos que termos saúde, educação, lazer de forma universalizada.

A partir do entendimento de Paul Singer, pensar as forças produtivas e relações de produção para promover um desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento capitalista tem sua predominância com base nas forças produtivas via disputa de mercado e melhores condições tecnológicas visando ao lucro, moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição e do individualismo. Nas palavras dele, o desenvolvimento solidário que se almeja é o desenvolvimento realizado por comunidades associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua. Respeito à natureza, valores como igualdade e auto-realização são as propostas de valores que orientam o desenvolvimento solidário. Segundo Singer a economia social, economia solidária conhecida por economia social, surgiu na Grã Bretanha no século XIX, e não desapareceu, formadas por cooperativas de compra e venda, produção, crédito, de seguros e de habitação, representam o resultado do desenvolvimento solidário há mais de um século. A economia solidária surgiu reagindo às injustiças sociais geradas pelo desenvolvimento capitalista. Assim a economia solidária propõe a liberação do conhecimento, uma outra organização da produção, pela propriedade social dos meios de produção, não a estatização da propriedade, mas a repartição entre os que participam da produção social. Portanto, o desenvolvimento solidário não propõe a extinção dos mercados e sim a norma e controle para que ninguém fique excluído (SINGER, 2004, p.9-10).

Os pesquisadores Gaiger e Laville (2009) enfatizam em suas análises a economia solidária como expressão de “laços de reciprocidade” onde o valor utilitarista da produção estaria subordinado à necessidade coletiva que preserva o compromisso social. Ela mantém outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza. Manifesta a persistência de sistemas de vida que não seccionam as relações econômicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas. Uma alternativa para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizam as práticas de ajuda mútua, e faz com que o convívio comunitário se sobreponha às contradições produzidas pelo capital, a riqueza e a miséria. Como princípio da economia solidária um desenvolvimento social que não esteja atrelado a mecanismos compensatórios, numa perspectiva que estimule a cooperação em benefício da equidade e da justiça social (GAIGER, LAVILLE, p. 168, 2009).

Para o autor Coraggio (2012) a economia é um sistema de princípios, instituições e práticas para organizar a produção, distribuição, circulação em conjunto dos meios

necessários à reprodução da vida em equilíbrio com a natureza. Coraggio apresenta uma outra economia como alternativa, pensando com Polanyi, acima de princípios econômicos e políticos existem princípios éticos, o princípio da liberdade inclusiva, cooperação e solidariedade (CORAGGIO, 2012, p.26) .

Para Gaiger (2009) a cooperação funciona como esteio de eficiência e viabilidade para associação de trabalhadores numa organização econômica solidária. São arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão de empreendimento. Quando há a socialização dos meios de produção e a autogestão muda-se a direção da economia popular de base doméstica e familiar, surge uma nova experiência operária do trabalho sob forma de diferentes grupos de produção, associações, cooperativas, empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativos e culturais. Valorizam o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram. Dessa forma, para o autor, o solidarismo gera ganhos econômicos e extra-econômicos prezando pela qualidade de vida dos trabalhadores. Uma economia alternativa para garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores desprezados pelas empresas capitalistas (GAIGER, 2009, p.182).

O autor Daniel Mothé (2009) traz o conceito sobre a autogestão, um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Na democracia direta os cidadãos debatem questões importantes em assembleias, sem intermediários, diferente da democracia representativa que elege mandatários remunerados incumbidos de representá-los em instâncias decisórias, uma forma atenuada de autogestão, reunidos em assembleias com objetivo de debaterem temas, porém somente consultivo, a participação efetiva não é dos executantes e sim realizada pelos dirigentes. Para Mothé a autogestão se dá de forma integral na democracia radical, o que chama de forma ampliada de autogestão, onde todos os cidadãos podem e devem debater e votar sobre leis e regras administrativas que lhes digam respeito, como consequência o cidadão teria seu poder aumentado, e a margem de manobra de seus representantes também estaria reduzida. O termo autogestionário teria também ação dos empresários agindo nas cooperativas operárias de produção, nas associações e em comunidades instituindo formas de democracia direta sem participar dos debates ideológicos (MOTHÉ, 2009, p.27).

## **Referência Bibliografica**

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; NETO, J. S. (coordenadores). **Cipozeiros de Garuva: Floresta Atlântica**. Santa Catarina. Florianópolis: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, fascículo 9, mar. 2007.

AYRES, Paloma Vasconcelos. **O trabalho cooperativado como modelo de organização para a produção cultural**. V Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Bahia. 2009.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Secretaria de Políticas Culturais**. Metas do Plano Nacional de Cultura. Junho. 2012

BRASIL, Ministério da Cultura. **Secretaria de Articulação Institucional**. III Conferência Nacional de Cultura– Texto Base. 2013.

BRASIL, Ministério da Cultura. UNESCO. **Desenvolvimento Nacional de Economia da Cultura**. Relatório Final. 2016.

CORAGGIO, J. L. **¿Qué es lo económico y que es otra política?**In. A Economia Solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Livro Virtual. Org. Lianza, S., Henriques F. C.. Disponível em: [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-1842\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1842_pt.html). Acesso em: 18 nov. 2018.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. **Políticas públicas da cultura e administração participativa**. Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/ EA, 2014.

DOWBOR, Ladislau. **Economia Solidária: novos paradigmas culturais**. In Economia Solidária da Cultura e Cidadania Cultural: desafios e horizontes/ Organizado por Neusa Serra e Hamilton Faria – São Bernardo do Campo, SP. EdUFABC, 2016.

FLORIT, Luciano Félix. GRAVA, Diego da Silva. **Povos e Comunidades Tradicionais e Conflitos Ambientais Territoriais em Santa Catarina**. SEDRES. Palmas, 2018.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Pontos de Cultura de Santa Catarina**. (Org.) Dennis Radünz. Florianópolis. FCC, 2015.

GAIGER, Luiz & LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**. in A. Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, (2009). pp. 162-168.

GAIGER, Luiz. **Empreendimento Econômico Solidário**. in A. Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, pp. 162-168.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. 2004.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão**. in Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, pp. 26-30.

MIGUEZ, Paulo. **Os Estudos em economia da cultura e indústrias criativas**. In. Indústrias Criativas no Brasil./ Coordenadores Charles Kirschbaum [et al.] São Paulo. Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Paulo Cesar Miguez de. **Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento**. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Orgs). Nordeste. Rio de Janeiro: 2014. p. [362]-387

RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador. EDUFBA. 2010.

SILVA, Melissa Zonzon. **Economia Solidária da Cultura: estratégias de gestão para a sustentabilidade de grupos culturais**. Salvador. 2017.

SILVA, Fabiula Meneguete. Vides da Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; HOFFMANN, Samara Regina Bernardino. **Teatro: as organizações teatrais e seu espaço de atuação**. In. *Indústrias Criativas no Brasil.*/ Coordenadores Charles Kirschbaum [et al.] São Paulo. Atlas, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2002

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estudos Avançados 18 (51). 2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 de jan de 2019.